

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES NA ALTA SOROCABANA*

Adriano Amaro de SOUSA**

Resumo: Os estudos nipo-brasileiros sob o enfoque geográfico ganham relevância no *Centenário da Imigração Japonesa*, em especial os trabalhos sobre movimentos migratórios internacionais Japão-Brasil e Brasil-Japão. Nesse sentido, o presente artigo procura fazer uma reflexão sobre a introdução do imigrante japonês na Alta Sorocabana, objetivando compreender o enraizamento dos nipônicos e seus descendentes pelo trabalho, pelo modo de viver e pela “ascensão social”. Primeiramente, buscamos entender a des-re-territorialização da imigração japonesa para o Brasil associada às diversas TDR’s dos nipo-brasileiros no território paulista. Depois, verificamos a territorialização dos nipônicos na região da Alta Sorocabana como lugar de reprodução social dos japoneses no Brasil, deste modo, tecemos considerações sob a comunidade nipo-brasileira em Presidente Prudente/SP.

Palavras-chave: imigração japonesa; de-re-territorialização; enraizamento; Alta Sorocabana.

Resumén: Los estudios nipo-brasileños bajo el enfoque geográfico ganan relevancia en el Centenario de la Inmigración Japonesa, en especial los trabajos sobre movimientos migratorios internacionales Japón-Brasil y Brasil-Japón. En ese sentido, la presente investigación busca hacer una reflexión sobre la introducción del inmigrante japonés en el Alta Sorocabana, objetivando comprender el enraizamiento de los nipônicos y sus descendientes por el trabajo, modo de vivir y por el “ascenso social”. De entrada, recogemos entender la des-re-territorialización de la imigración japonesa para Brasil asociada a las diversas TDR’s de los nipo-brasileños en el territorio paulista. Después, verificamos la territorialización de los nipônicos en la región del Alta Sorocabana asociada por la marcha cafeeira para el Oeste Paulista y por la introducción de los raíles de la Carretera de Ferro Sorocabana. Por fin, destacamos el Alta Sorocabana como un lugar de reproducción social de los japoneses en Brasil, de ese modo, tejemos consideraciones bajo la comunidad nipo-brasileña en Presidente Prudente/SP.

Palabras-clave: des-re-territorialização; imigração japonesa; enraizamiento; Alta Sorocabana.

Abstract: The Nippon-Brazilian studies under the geographical approach became relevant during the *Japanese Immigration Centenary*, especially the studies concerning the Japan-Brazil and Brazil-Japan international migratory movements. In this sense, this research aims to make a reflection about the introduction of Japanese immigrants in the Alta Sorocabana region, intending to understand the root taking of Japanese and their descendents through labour, way of life and “social raise”. Firstly, we try to understand the de-re-territorialisation of Japanese immigration in Brazil associated to diverse processes of territorialisation-deterritorialisation-reterritorialisation of Nippon-Brazilian in the territory of São Paulo state. After that, we intend to verify the territorialisation of Japanese in the Alta Sorocabana region associated both to the coffee route to the west of São Paulo state and to the introduction of Estrada de Ferro Sorocabana (Sorocabana Train Way) rails. Finally, we explain that the Alta Sorocabana region can be a place of Japanese social reproduction in Brazil and, in doing so, we make some comments about the Nippon-Brazilian community in the city of Presidente Prudente/SP.

Key-words: de-re-territorialisation, Japanese immigration, Nippon-Brazilian, Alta Sorocabana region, Nippon-Brazilian.

1. INTRODUÇÃO

No ano do *Centenário da Imigração Japonesa* (1908-2008) para o Brasil podemos verificar ao longo do tempo que muitos trabalhos sobre os estudos nipo-brasileiros foram realizados por sociólogos, historiadores, antropólogos e demógrafos - e também por um certo grupo de geógrafos. Dentro desta temática, o que chamou mais a atenção dos geógrafos foram os deslocamentos populacionais entre o Japão-Brasil e Brasil-Japão, posteriormente, o enraizamento e a identidade.

* Faz parte do relatório de pesquisa 2007 elaborado com o apoio da FAPESP (Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo).

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet. E-mail: adramaro@yahoo.com.br.

Neste sentido, analisamos que alguns autores, em diferentes tempos e recortes espaciais, procuraram compreender a presença do imigrante japonês e seus descendentes na Alta Sorocabana.

A educadora Butusgam (1973) procurou abordar a integração do *nissei* na sociedade brasileira, por meio do Centro Cívico Nissei em Presidente Prudente/SP, que apresentava características diferentes das demais associações devido a sua autonomia em relação a colônia japonesa. Bomtempo (2003) analisou os sonhos da migração no movimento migratório entre Brasil e Japão em tempos diferentes (imigrantes e *dekasseguis*), com o objetivo de entender os lugares possíveis e impossíveis no movimento migratório dos nipônicos e seus descendentes em Álvares Machado/SP. Por último, Takenaka (2003) investigou a formação da colônia Brejão (1916), procurando entender as respostas das diversas questões e motivações da imigração japonesa para o município de Álvares Machado/SP, além de verificar as transformações espaciais e culturais ocorridas ao longo de todo esse processo na cidade.

Esses três trabalhos mostram que a temática sobre a imigração japonesa na região apresenta uma significativa importância se comparada com os outros grupos étnicos. Porém, ela ainda é bastante precária se pensarmos na densa dinâmica do processo imigratório e migratório no interior do Estado de São Paulo.

De modo geral, o presente artigo faz uma reflexão sobre a introdução do imigrante japonês na Alta Sorocabana, buscando compreender o enraizamento dos nipônicos e descendentes pelo trabalho, modo de viver e pela “ascensão social”.

2. A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL

A des-re-territorialização da imigração japonesa para o Brasil está vinculada aos grandes movimentos migratórios internacionais ocasionados pelas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais da restauração *Meiji* (1868), que culminou na passagem de uma economia agrária-feudal para uma economia urbana-industrial, gerando, assim, uma força de trabalho excedente, logo desemprego e fome. Deste modo, o governo japonês estimulou a migração nipônica para outros países, em especial o Brasil, pela dinâmica do complexo cafeeiro que precisava de trabalhadores assalariados devido o fim da escravidão e as dificuldades crescentes com a mão-de-obra européia.

Ir para o Brasil, fazer dinheiro nas lavouras de café e retornar ao Japão o mais breve possível não era um sonho para muitas famílias no início do século XX: era a única saída. Naquele tempo, o Japão era uma nação exaurida pela explosão populacional e pelos gastos provocados por guerras contra a China e a Rússia (MAGALHÃES, 2007, p. 82).

Por outro lado Magalhães (2007, p. 82) afirma que:

Da parte do Brasil, o interesse pela vinda dos japoneses devia principalmente à interrupção, em 1902, dos fluxos de imigrantes italianos, que deixou as fazendas cafeeiras precisando desesperadamente de braços. Foi essa equação que possibilitou que, em 1908, camponeses, carpinteiros, pequenos comerciantes e donos de fabriquetas à beira da falência se tornarem [migrantes].

Em abril de 1908, partiram do porto de Kobe no Japão, os primeiros imigrantes japoneses no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia de Colonização Japonesa). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou em junho do mesmo ano no porto de Santos, sendo levados para a hospedaria do imigrante e, posteriormente, encaminhados para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo (SAITO, 1961).

A imigração japonesa no Brasil concentrou-se, principalmente, no Estado de São Paulo, mais especificamente na sua região metropolitana e no interior (regiões: Vale do Ribeira, Mogiana e Oeste Paulista). Além disso, instalou-se também na Amazônia e no Pará em meados da década de

1930, onde cresceram cultivando diversas culturas, em especial a pimenta-do-reino que capitalizou esses nipônicos na região Norte.

A mobilidade geográfica do imigrante japonês no Estado de São Paulo está relacionada com a busca da sua independência financeira, por isso eles procuraram outras regiões com terras mais baratas e férteis. A população migrante veio das Velhas Zonas de Café da região de Ribeirão Preto, Vale do Ribeiro e Baixada Santista. Essa mobilidade tem como foco o Oeste Paulista, após a construção da estrada de ferro, que possibilitou a conquista do interior paulista.

Assim, a região Noroeste era composta pelos municípios de Bauru, Lins, Araçatuba e Cafelândia, que foi a primeira a agregar os colonos japoneses em 1930, para o cultivo do café. A outra região, a Alta Sorocabana, estava representada pelas cidades Presidente Prudente, Assis, Rancharia e Presidente Epitácio, que cresceu na década de 1940 pela dinâmica da cotonicultura. A Alta Paulista tinha um grande contingente de imigrantes nipônicos que surgiram a partir do final da década de 1930, devido ao cultivo de algodão (SAKURAI, 1995).

Os núcleos de colonização japonesa da Alta Paulista e Noroeste foram pólos de produção agrícola, as colônias que mais se destacaram foram a de Bastos formada pela companhia Bratac e a colônia Aliança I e II localizada em Mirandópolis, criada por uma instituição religiosa. Além disso, há colônias nascidas de iniciativas espontâneas, como no caso da Alta Sorocabana, a colônia Brejão.

Em linhas gerais, a territorialização da imigração japonesa para a região da Alta Sorocaba ocorreu devido a marcha cafeeira para o Oeste Paulista e a introdução dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Ademais, esta região foi campo fértil na atração de imigração direta e áreas de re-migração dos nipônicos no Brasil.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA ALTA SOROCABANA

Os primeiros imigrantes japoneses que se territorializaram na Alta Sorocabana localizavam-se na colônia Brejão, em 1918. Logo, em seguida, em outras cidades da região. Nelas formavam uma colonização “espontânea” exceto os nipônicos da cidade de Martinópolis que foram estimulados por uma empresa de colonização particular, a companhia de terras Martin.

Nesse sentido, a expansão da frente pioneira associada à estrada de ferro, possibilitou novas áreas para o trabalho e para a aquisição de lotes de terras.

Os imigrantes japoneses foram atraídos para essa região devido à vontade deles em se tornarem donos de terras e não serem mais colonos nas fazendas de café. Os lotes adquiridos pelos nipônicos foram comprados na sua maioria junto aos grandes fazendeiros ou empresas de colonização.

Segundo Vieira (1973, p. 65):

Os loteamentos tinham como ponto de partida as grandes propriedades, as glebas, cobertas de florestas e abrangendo centenas e milhares de alqueires e que eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Por sua vez, os próprios fazendeiros procediam a fragmentação de suas terras, reservando-as as melhores porções, os espigões para plantar o café e vendendo as regiões impróprias, os fundo de vale, para os sitiantes.

Assim, confirmando o que Vieira (1973) afirma sobre os lotes localizados nas encostas e nos fundo de vale, Monbeig (1984, p. 230) relata que *nas fazendas loteadas por japoneses, uma estrada contorna cada pequena bacia hidrográfica, que assim é utilizada como unidade para traçado dos lotes*. Próximo a estrada são construídas as casas e na parte mais alta era utilizada para o plantio de culturas, essa estrada facilitava tanto a circulação de mercadorias como o acesso à cidade.

O parcelamento das fazendas pela venda de lotes rurais deu início pelas áreas impróprias de terrenos acidentados. Um exemplo típico foi a colônia Brejão, cuja denominação se assemelha com as características da área do assentamento que era um fundo de vale, com certo grau de umidade.

Como consequência disso, o minifúndio em algumas cidades da Alta Sorocabana dinamizou o acesso dos imigrantes japoneses ao trabalho autônomo e a posse da terra. A adaptação do nipônico na pequena propriedade privada pode ser compreendida pela sua significativa participação na produção da cultura do algodão e dos .

Segundo Bomtempo (2007, p. 7):

[...] a estrutura fundiária do município de Álvares Machado se difere dos demais municípios do Pontal do Paranapanema e da região Oeste de São Paulo, pois a presença do imigrante japonês, possibilitou que a terra fosse vendida em pequenos e médios lotes. De acordo com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2005), Álvares Machado possui 1.217 propriedades rurais, sendo que, 773 são minifúndios, 387 são pequenas propriedades, 57 são médias propriedades e apenas 6 são grandes propriedades

É válido ressaltar que, muitos imigrantes japoneses antes de conseguirem a aquisição de pequenas propriedades na Alta Sorocabana trabalharam por muito tempo como arrendatários em outras fazendas, em que a produção era dividida normalmente metade para o trabalhador que arrendou a terra e a outra metade para o dono da fazenda. Só com muito trabalho os nipônicos compraram o primeiro lote rural. Mas, mesmo com muito trabalho uma significativa parcela de nipônicos não chegaram a ser proprietários de um lote rural.

Para Abreu (1972), os imigrantes [japoneses] que tiveram a iniciativa de abrir na região suas unidades fabris artesanais, fizeram isso, porque não tinham condições financeiras para adquirir/trabalhar na agricultura, devido ao preço da terra.

Os japoneses tanto na zona rural quanto na cidade passavam aos filhos a herança e a tradição cultural do Japão. Eles se reuniam em núcleos de convivência e, posteriormente, formaram as associações que visavam uma maior integridade dos membros da colônia. Para Vieira (1973), as associações japonesas favoreceram a manutenção da exclusividade étnica, com normas e valores que contribuíram para esta identidade particular.

As associações culturalagrícolasportivas nipo-brasileiras tiveram (e têm) um papel fundamental de coesão e identidade deste grupo étnico, preservando a cultura nipônica, uma atenção especial ao ensino de língua japonesa. Um outro fator desta cultura é a religiosidade balizada no budismo e no xintoísmo, porém há nipo-brasileiros católicos e evangélicos. Dentre os principais eventos da comunidade nipo-brasileira ao longo do tempo destacam: o *undo-kai*, homenagem ao imperador japonês; o *shokon-sai*, homenagem aos mortos finado japonês; e, o *oshogatsu*, comemoração do ano novo, além claro do *bon-odori* dança típica para lembrar os antepassados. Atualmente, o *Shushi Fest* é um evento que centraliza e dá visibilidade a cultura nipônica que é compartilhada na interação com a comunidade (de modo geral) do Oeste Paulista.

As marcas mais expressivas deixadas pela comunidade nipônica no espaço da Alta Sorocabana foram: o Cemitério Japonês fundado em 1918, no município de Álvares Machado, tombado como Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo; o Museu Padre Monsenhor Nakamura no município de Álvares Machado; e a Praça das Cerejeiras no município de Presidente Prudente. Nesse sentido, há outros traços nipônicos inscritos na paisagem, em especial nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que identificam a origem e cultura dos proprietários. Mas, sua presença mais marcante na paisagem está composta, sobretudo, pelos sujeitos do cotidiano que trazem no corpo e no psíquico diferentes formas de viver e de produzir o espaço geográfico, com relação a outras culturas (brasileiros).

Desse modo, apresentamos um quadro no qual se destaca(m) os pioneiros da imigração japonesa em algumas cidades da Alta Sorocabana (vide o quadro 1). Neste procuramos apreender os primeiros imigrantes, as colônias e associações, as atividades econômicas, a religião e o esporte dos japoneses e seus descendentes devido à necessidade de resgatar a história e a memória desses imigrantes na região. Logo, em seguida, visualizamos o mapa 1 onde se localizaram os primeiros nipônicos nesta região.

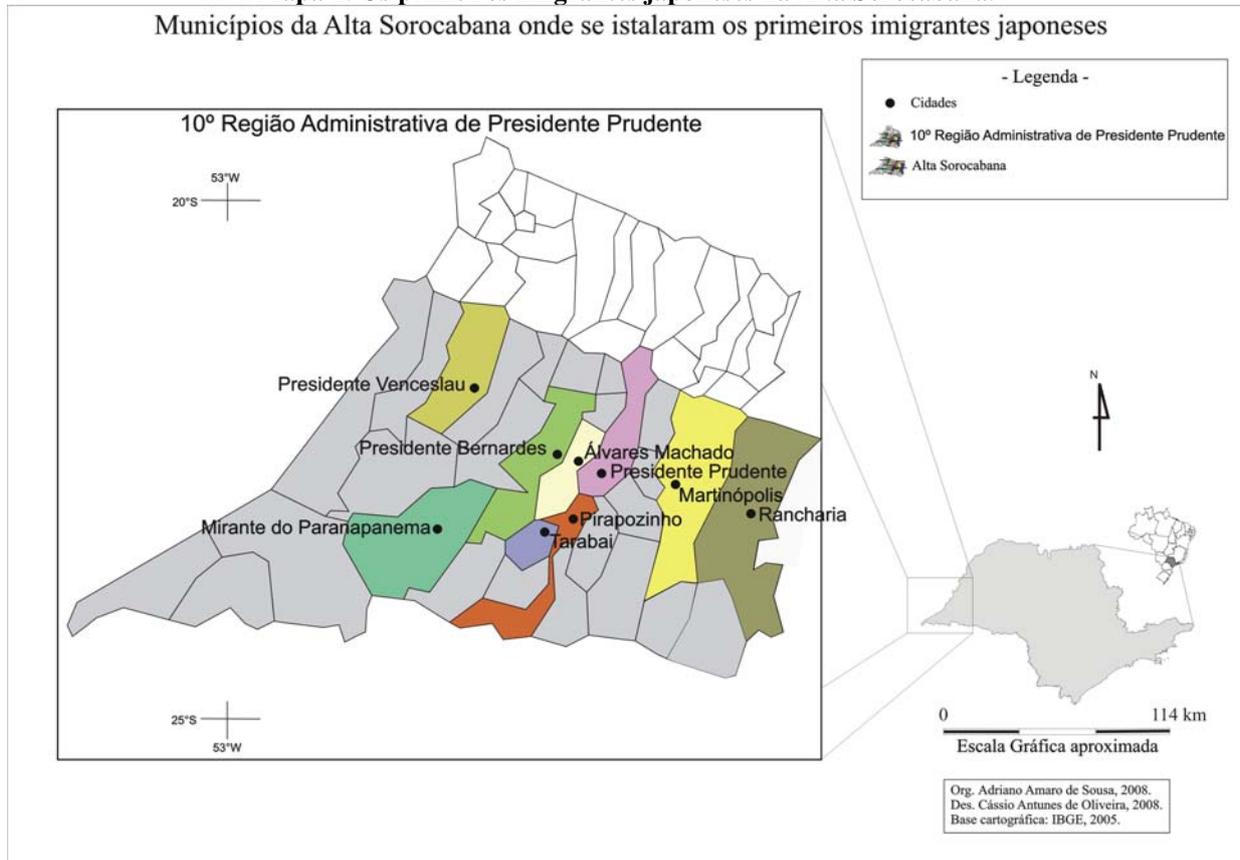
Por sua vez, estes se diferenciavam da comunidade brasileira e de outras colônias de imigrantes por terem uma cultura e tradição diferente da cultural ocidental. Eram estigmatizados devido o preconceito da elite brasileira quanto à etnia dos povos de pele amarela, pois, queriam o embranquecimento da nação brasileira. É no tocante da Segunda Guerra Mundial que acirrou a distância entre as duas etnias, por que o Brasil entrou na guerra e declarou o Japão inimigo, e os japoneses e seus descendentes foram perseguidos no país. Só no pós-guerra que nipônicos e brasileiros iniciaram de forma efetiva os primeiros passos para uma convivência de povos irmãos.

Quadro 1: Pioneiros da imigração japonesa na Alta Sorocabana.

CIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO	EMPRESA DE COLONIZAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	PRIMEIROS IMIGRANTES	ATIVIDADE ECONÔMICA	RELIGIÃO	ESPORTE
Álvares Machado	1916	Colonização espontânea – Colônia Brejão.	Associação Cultural Esportiva Agrícola Nipo-brasileira de Álvares Machado.	Kenechiro Hoshima	Agricultura: café, algodão, amendoim, feijão, hortelã, e verduras. Além de médico, advogado, engenheiro.	Budismo, Xintoísmo e Seicho-No-Iê, Católico.	Beisebol, gatt-ball, sumô, judô e atletismo.
Martinópolis	1926	Empresa de Colonização Martins.	Associação Cultural Nipo-brasileira de Martinópolis.	Tomikichi Ogata	Agricultura: algodão, hortelã e hortifrutigranjeiro.	Budismo	Sumô, kendô e judô.
Mirante do Paranapanema	1953	Colonização espontânea – loteadores: família Okubo.	Associação Cult. Nipo-Brasileira de Mirante do Paranapanema.	Irako Okubo e Takeo Okubo	Agricultura: algodão, amendoim e feijão.	Budismo	Beisebol e judô.
Presidente Bernardes	1919	Colonização espontânea Colônia Araxãs.	Associação Cul. Agr. Esp. de P. Bernardes.	Y. Okamoto e K. Inague	Agricultura: cultura do algodão e da hortelã.	Budismo	
Presidente Prudente	1918	Colonização espontânea Shibus: Boa Vista, Monte Alegre, Nitto, Vitória, Corrego da Onça, Km 18, Shonsei e Myoshi.	Associação Cultural Agr. e Esp. de P. Prudente; Ass. Cul. e Esp. da Vila Industrial; o Clube Orion.	Kametaro Morishita.	Agricultura: café, algodão, amendoim, feijão, hortelã, verduras e frutas. Profissional liberal: médico, advogado, engenheiro e dentista.	Budismo, Xintoísmo e Seicho-No-Iê, Católico, Evangélico.	Beisebol, gatt-bal, sumô, judô, jui-jitsu e atletismo.
Presidente Venceslau	1921	Colonização espontânea.	Associação Recreativa e Esportiva Agrícola (AREA)	M. Hashyama, Tadashi Shiaru e Kakuiti Okada	Agricultura: café, algodão, amendoim, feijão, hortelã e frutas. Além de dentista.	Budismo e Seicho-No-Iê.	Beisebol e atletismo.
Rancharia	1935	Colonização espontânea.	Sociedade Cultural Nipo-brasileira de Rancharia.	Masakiti Taya, M. Furushima e M. Iamura	Agricultura: café, algodão, amendoim, batatinha e outros cereais.	Budismo e Seicho-No-Iê.	Beisebol e judô.
Tarabai	1953	Bairros: Laranjeiras, Rebojo e Badan.		Tatsue Idagawa	Agricultura: algodão, amendoim, feijão e da batatinha.	Budismo	

Fonte: Butusgan (1971), Valdery Santos (1997) e Edmundo Santos (1998). Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

Mapa 1: Os primeiros imigrantes japoneses na Alta Sorocabana.



De modo geral, a Associação Cultural Nipo-Brasileira da Alta Sorocabana é uma central regional que congrega as seguintes associações: Associação Cultural Esportiva Agrícola Nipo-Brasileira de Alvares Machado; Associação Cultural Nipo-Brasileira Mirante do Paranapamena; Associação Cultural Nipo-Brasileira de Martinópolis; Associação Cultural Agrícola Desportiva Pirapozinho; Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Bernardes; Associação Cultural Recreativa Esportiva de Presidente Epitácio; Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente; Associação Cultural e Esportiva Vila Industrial; Associação Recreativa Esportiva Agrícola de Presidente Venceslau; Sociedade Cultural Nipo-Brasileira de Rancharia; Sociedade Agrícola Cultural Japonesa de Regente Feijó; Associação Cultural Agrícola Desportiva de Espigão e Associação Cultural Nipo-Brasileira de Santo Anastácio. Tal associação regional está localizada nas dependências da ACAE (Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente), na Avenida Washington Luís, 875. Nela também funciona o escritório regional do CIATE (Centro Informação e Apoio aos Trabalhadores no Exterior) que atende de modo específico os trabalhadores *dekasseguis* que vão para Japão.

Em suma, os japoneses estiveram e estão presentes em todas as cidades e zonas rurais da Alta Sorocabana. O número deles são maiores em alguns municípios, em outros não são tão expressivos, mas a participação na vida comunitária é igual.

4. OS IMIGRANTES JAPONESES EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

A territorialização da imigração japonesa para o Brasil iniciou em 1908, mas somente na década de 1930, que efetivamente ocorreu a fixação dos nipônicos no município de Presidente Prudente/SP. Embora, em 1918 houvessem duas famílias localizadas na zona rural. Somente, uma década depois, que chegou um contingente significativo.

A maioria dos nipônicos veio das províncias de Okinawa, Fukushima, Hokkaido, Ryogo e Fukuoka. Muitos eram dessas regiões do Japão, mas, já estavam aqui no Brasil nas colônias de Bastos/SP, de Paraguaçu Paulista/SP e de outras partes do Estado de São Paulo (BUTUSGAN, 1980). Eles vieram para trabalhar na agricultura e adquirir um capital para voltar à terra natal. Num outro momento, buscaram terras baratas e férteis ao Oeste do Estado para adquirir a sua pequena propriedade privada rural e se territorializar definitivamente no país, em especial no município de Presidente Prudente/SP.

Tal município foi fundado em 14 de setembro de 1917, originou-se da economia cafeeira, através do loteamento de terras à beira da Estrada de Ferro Sorocabana, ocasionando a formação de dois núcleos urbanos: Vila Goulart (do Cel. Francisco de Paula Goulart) e Vila Marcondes (do Cel. José Soares Marcondes) que posteriormente formariam a cidade (ABREU, 1972).

Como toda cidade dinamizada pela frente de expansão cafeeira a terra era o elemento básico para o desenvolvimento sócio-econômico. A cultura do café trouxe um crescimento econômico acentuado para a região da Alta Sorocabana, proporcionando lucros aos fazendeiros, e atraindo um grande contingente de mão-de-obra imigrante. Com o “crack” da bolsa de valores de Nova York em 1929, ocorreu o declínio dessa monocultura de exportação devido à crise do sistema capitalista no período. O café foi substituído pela cultura do algodão.

A partir de 1930, a cotonicultura foi favorecida pela expansão da indústria têxtil brasileira e pela exportação do produto. Tal cultura proporcionou um impulso econômico para a região, principalmente com a introdução do algodão fibra longa, que tinha bons preços no mercado internacional. Devido à produção do algodão ocorreu na localidade a instalação de indústria para o beneficiamento desse produto. Conforme se sabe, com o aparecimento da fibra sintética em 1950, acentuou-se o declínio da cotonicultura, juntamente com o enfraquecimento do solo pelas duas culturas: café e algodão.

Por outro lado, a cultura do amendoim na década de 1960, atingiu o seu ápice sendo um dos maiores centros produtores do Brasil. Para Medeiros (2002), um dos pontos favoráveis ao produtor era a possibilidade de se fazer duas colheitas anuais, e esta foi uma alternativa para as empresas

processadoras de óleo que, instaladas na região desde a década de 1940, substituíram o óleo de algodão pelo óleo de amendoim. A partir dos anos 1970, houve uma redução da área cultivada com amendoim, devido à disseminação de outras culturas, o que levou as indústrias beneficiadoras (Anderson Clayton, Sanbra etc.) a, paulatinamente, deixarem de processá-lo e, conseqüentemente, os agricultores de plantá-lo.

Todavia, a produção agrícola prudentina a partir de 1950, passou a ter um papel secundário em relação à pecuária de corte/leite, a especulação imobiliária urbana e a indústria.

Assim, quando a agricultura de monocultura no município entrou em declínio, começam a se destacar os imigrantes japoneses com o plantio das culturas hortifrutigranjeiro (legumes, verduras, ovos e outros produtos de feiras livres) e soja (para fazer o *shoyu*). Contudo, é válido ressaltar a ligação dos nipônicos com a cultura do algodão.

A identificação entre algodão e pequena propriedade deve ser acrescentado um terceiro elemento: o japonês. Com efeito, o grosso da imigração japonesa desembarcou em Santos no exato momento em que os agricultores paulistas lançavam-se na cultura do algodão. Já em 1920, quando a queda do preço do café, japoneses recém-chegados começaram a plantar algodão. Foi então que se viu a chegada da massa da imigração amarela, dirigida inteligentemente e preparada, antes do embarque no Japão, para do algodão. É incontestável que os pioneiros japoneses asseguram o sucesso do algodão na sua fase inicial (MONBEIG, 1984, p. 288-289).

Foi com o trabalho na lavoura de algodão como arrendatário e meeiro que os japoneses conseguiram adquirir a sua pequena propriedade privada. Com esta cultura alguns tiveram uma significativa participação no desenvolvimento local e, paralelamente, uma “ascensão social”.

Na pequena propriedade rural os nipônicos procuravam cultivar batatinha, feijão, amendoim e hortaliças. Outra cultura que possuía um grande mercado no Brasil e no exterior era a lavoura de hortelã, para a fabricação de menta, que conferiu lucros expressivos aos imigrantes japoneses. A região se destacou nesta produção, na década 1950, sendo uma das maiores produtoras no referido período. Mas, veio a decadência da hortelã na década de 1960, e o surgimento de uma pluralidade de culturas com base na pequena propriedade privada, que forneciam alimentos ao Ceasas (Centrais de Abastecimento) e feiras livres.

A colônia nipo-prudentina nasceu de forma espontânea e não através de empresa de colonização, por isso foi crescendo paulatinamente dependendo da dinâmica econômica da região. Em 1933, já existiam oito colônias: Boa vista, Monte Alegre, Myiوشي, Nitto, Córrego do Onça, Shonsei, Km. 18 e Vitória. De modo geral, elas eram localizadas na zona rural (BUTUSGAN, 1980). Na cidade havia uma escola primária japonesa e nela tinha um pensionato para ajudar os imigrantes em dificuldades vindos do Japão. Posteriormente, organizaram atividades esportivas ligadas ao beisebol, atletismo, sumô, judô e o *jio-jitsu*.

Toda a colônia conservava as tradições japonesas, da qual fazia parte o culto à Pátria, por meio do ensino da língua japonesa e o respeito ao Imperador. Obedeciam ao calendário japonês comemorando a passagem do ano, finados em junho e a festa do Imperador Meiji em novembro. O japonês prudentino continuou japonês, como todos os patrícios imigrados para o Brasil (SANTOS, 1997).

O isolamento dessas colônias no Brasil e a sua aparente tranqüilidade tomada por um pesadelo, quando eclodiu a II Guerra Mundial, em 1939. Perderam a liberdade, não podiam se expressar na língua materna (o japonês), nem ler jornais/revistas no seu idioma. Suas casas foram invadidas e seus objetos foram confiscados (rádios e armas utilizadas para caça). Além disso, era proibido realizarem reuniões públicas. Posteriormente, fecharam as escolas de ensino primário. O uso da violência física contra os nipônicos estava legitimado sob a justificativa de regime de guerra. Com o pós-guerra os japoneses começaram a se integrar na comunidade local seja pelos *nisseis* e a sua convivência com outros grupos étnicos, ou pelas associações nipo-brasileiras que buscaram uma aproximação cultural entre brasileiros e japonesas.

As associações que se destacaram no município foram três: a) *Associação Cultural Agrícola e Esportiva de Presidente Prudente/SP* surgiu em 1929, com o fundador Kametaro Morishita, esta associação coordena a atual associação nipo-brasileira da Alta Sorocabana; b) a *Associação Cultural e Esportiva Vila Industrial* fundada em 1953, por pessoas do sexo masculino que, posteriormente, aceitaram a presença do setor feminino; e, c) o *Clube Orion* teve início em 1959, para congregar os *okinawanos*. Além do *Círculo Católico Estrela da Manhã* organização católica de *nisseis*, fundada por Sofia Tobashi, Tomas Makiyama e Pedro Onishi. Esses grupos buscam preservar a tradição da cultura e ensino da língua japonesa. Eles trouxeram para a cidade a sua religião de origem; a *Seicho No Ie*, *Hokkekyo*, Messiânica ou *Sekikyuseikai*, *Holiness* ou protestantismo e o *Nissenji*; além de danças folclóricas japonesas (BUTUSGAN, 1980).

O espaço urbano de Presidente Prudente/SP atraiu os japoneses por ser centro regional que concentrava a produção e serviços. Eles procuraram o trabalho autônomo na cidade objetivando a sua independência financeira. Assim, tornaram-se pequenos empresários quando aqui abriram pensões, instalaram armazéns, bares, lojas e oficinas. Além disso, trabalhavam nas empresas japonesas (Banco Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul).

Apesar de estarmos falando das atividades urbanas, a dinâmica econômica ainda estava subordinada as indústrias beneficiadoras, e estas serviram de suporte da produção agrícola, como as cooperativas, os armazéns, os bancos e as transportadoras. Tal economia dinamizou o comércio e a pequena produção artesanal, formando, assim, o mercado local. A cidade também atraiu um número de profissionais especializados (médico, advogado, engenheiro, dentista). Muitos nipônicos, por valorizar os estudos, tornaram-se profissionais liberais.

Dentro deste cenário, emergiram as indústrias locais de iniciativas de imigrantes japoneses, que começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940, ligados ao ramo de bens de consumo, atendendo o mercado regional. Ao longo do tempo, as indústrias nipo-prudentinas se especializaram na produção de molho de soja, bebidas e alimentação, atingindo a escala nacional e em alguns casos a internacional.

É perceptível ao longo do tempo a participação dos nipônicos em outras atividades mais refinadas e tecnológicas. Nelas destacam os empresários dos ramos: fotografia, ótica e relojoaria. Aqui, fica evidente o grau de especialização do trabalho e o nível educacional dos imigrantes e seus descendentes.

Butusgan (1980), na década de 1970, analisou a participação do imigrante japonês na dinâmica econômica local. Os nipônicos participaram de forma mais significativa nos setores agrícolas como: grande, médio e pequeno sítiantes, tendo a policultura como o seu forte. Já na zona urbana dedicaram-se nos setores do comércio participando da Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente, tendo uma representatividade 16%. Como profissionais liberais atuaram mais nos ramos de dentistas, médicos, engenheiros e advogados.

Nesse sentido, podemos analisar que alguns dos descendentes de japoneses há tempos ocupam lugares de destaque na comunidade local. Isto vem crescendo ao longo do tempo. Os resultados dessa conquista estão na dedicação aos estudos e ao trabalho. As famílias investiram nos estudos de seus filhos para que eles se tornassem profissionais liberais e empresários. Com isto, galgar uma posição de *status* na sociedade prudentina. Sendo assim, a origem da ancestralidade e as principais características dos nipo-brasileiros podem ser visto no quadro 2.

Assim, em 18 de julho de 2006 o *Jornal o Imparcial* da cidade de Presidente Prudente/SP, enfatizou a colonização japonesa e mostrou que os *nikkeis* estão comemorando 98 anos de imigração. O ex-presidente da *Associação Cultural Agrícola e Esportiva* (ACAE), Ricardo Nakaya 47 anos, afirmou que em 1940 o número de famílias instaladas na cidade era maior que três mil. Hoje, são 1.400 famílias que residem no município. De acordo com Nakaya a ACAE conta atualmente com mil associados. A diminuição dos nipo-brasileiros no município, de certo modo, está associada ao movimento *dekassegui* e ao espriamento deles por todo território nacional.

Em suma, a re-territorialização dos imigrantes japoneses e seus descendentes foi analisado aqui pela trajetória de trabalho e de enraizamento dos nipo-brasileiros em Presidente Prudente/SP.

Quadro 2: As quatro gerações nipo-brasileiras.

ORIGEM	QUEM SÃO?	QUANTOS SÃO?	MISCIGENAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	PROFISSÕES
Issei	Imigrantes que chegaram no Brasil entre 1908-1973.	12% da comunidade nipo-brasileira.	0%	Entre 35 e 100 anos de idade.	Agricultores, comerciantes e prestadores de serviços (a maioria aposentados).
Nissei	Filhos dos imigrantes japoneses.	31% da comunidade nipo-brasileira.	6%	Entre 15 e 80 anos de idade.	Agricultores, comerciantes e prestadores de serviços; técnicos em profissões liberais das áreas de exatas e biológicas.
Sansei	Netos dos imigrantes japoneses.	41% da comunidade nipo-brasileira.	42 %	Menos de 50 anos de idade.	Profissionais liberais das áreas de exatas e biológicas.
Yonsei	Bisnetos dos imigrantes japoneses.	13 % da comunidade nipo-brasileira.	61%	Menos de 35 anos de idade.	Estudantes e profissionais liberais das áreas de exatas, biológicas e humanas.

Fonte: Pesquisa da População de descendentes de japoneses residentes no Brasil - 1988. Célia Oi, Historiadora *apud* Revista Veja 12 de dezembro de 2007.

Organização: Adriano Amaro de Sousa.

5. CONCLUSÃO

Podemos sintetizar que, a territorialização dos imigrantes japoneses na região da Alta Sorocaba foi fruto de uma estratégia de sobrevivência para se tornar(em) trabalhador(es) autônomo(s). Tal possibilidade ocorreu pelas benesses da marcha cafeeira para o Oeste Paulista.

Nesse sentido, a região da Alta Sorocabana foi lugar de reprodução social dos nipônicos. Destacamos o papel da colonização “espontânea”, posteriormente, das associações cultural-agrícola-esportivas que ajudaram os imigrantes japoneses a se enraizarem nesta região. Tal enraizamento aconteceu pela dinâmica política do território nipo-brasileiro, mas, em especial pelos aspectos econômicos balizados pelas atividades agrícolas (café, algodão, amendoim e hortifrutigranjeiro) associado aos elementos culturais (religião e esportes). Como consequência disto, visualizamos a importância dos aspectos materiais (atividade econômica) com o aspectos imateriais (política e cultura). Estas duas características material e imaterial fortaleceram os vínculos territoriais dos nipo-brasileiros no Oeste Paulista. Nelas puderam crescer socialmente, economicamente e culturalmente “graças” ao trabalho familiar cooperativo estruturado muitas vezes pela associação. Além da função econômica a associação tinha também a função de socialização e de solidariedade mútua entre os patrícios. O modo de viver dos nipo-brasileiros estava baseado pelo trabalho (rural e/ou urbano), em especial pelo modo de ser japonês no Brasil. As associações fortaleciam esses vínculos com a terra natal dificultando, assim, o processo de enraizamento/integração desses imigrantes a sociedade brasileira.

A “ascensão social” dos nipônicos deu-se pelo trabalho na passagem do trabalho da lavoura para a cidade. Tal ascensão deu-se de forma gradual (de colono, arrendatário, pequeno sitiante, comerciante, etc.). O rápido crescimento econômico e social dos japoneses no país aconteceu devido a conjuntura da época que era favorável conjugada ao trabalho cooperativo, isto mostra um contraste do desenvolvimento dos nipo-brasileiros com as outras etnias (nativa, negra e européia), dado a rede social em que os japoneses estavam inseridos. Assim, nota-se no imaginário popular e reforçado pela mídia (devido o desenvolvimento tecnológico do Japão) que os nipo-brasileiros são ‘ricos’. De modo geral, a grande maioria não é composta por pessoas ‘ricas’ e sim de trabalhadores da classe média.

É válido ressaltar que, um grande contingente permaneceram pequenos sítiantes e sofreram as crises econômicas que abateram o setor agrário no país, descapitalizando, assim, muitos nipo-brasileiros que tiveram sucesso nesta atividade. Por outro lado, há descendentes de japoneses trabalhando como funcionários de empresas públicas e privadas, muitas vezes, exercendo funções com pouca expressividade e baixas remunerações. Por sua vez, há um volume significativo de nipo-brasileiros que se tornaram *dekaseguis* devido o alto índice de desemprego e os baixos salários no Brasil, por isso migram para o país dos seus antepassados para ganhar dinheiro e consumir objetos no Japão e no Brasil.

Conforme visualizamos no quadro 2, uma boa parcela da terceira geração nipo-brasileira é composta por indivíduos da classe média alta cuja ocupação é de profissionais liberais nas áreas de exatas, biológicas e humanas.

Em linhas gerais, poucos foram os nipo-brasileiros que tiveram sucesso ou venceram as adversidades na região como grandes industriais e prestadores de serviços, dado também que a conjuntura econômica regional não era favorável. Porém, como profissional liberal sim, há uma expressividade muito significativa em diversas profissões, em especial nas especialidades de médico, de engenheiro, de advogado, de dentista, entre outras. De modo geral, devemos registrar que os imigrantes japoneses influenciaram e foram influenciados na região não só na dinâmica econômica, mas também no campo cultural (festas, artes plásticas, língua, culinária, esportes, entre outros). Além do mais é visível os traços culturais nipônicos inscritos na paisagem da Alta Sorocabana ao longo do tempo.

6. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira: Presidente Prudente.** FFCLP: 1972.

BATH, Sérgio. **Japão: ontem e hoje.** São Paulo: Ática, 1993.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado/SP.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Entre o Japão e o Brasil: a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007 (mineo).

BUTUSGAM, Sumi. **Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade brasileira.** Um grupo referencial: o Centro Cívico Nissei de Presidente Prudente. São Paulo: FFLCH/USP, 1973 (Tese de doutorado).

ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior de São Paulo.** São Paulo: Unesp, 2001.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: história geral da civilização brasileira.** 4 ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 25 ed. São Paulo: Nacional, 1995.

HIRATA, Newton. **A contribuição empreendedora japonesa no desenvolvimento do norte paranaense.** Maringá/PR, 1995 (Trabalho apresentado ao concurso estadual de ensaios e monografias, promovido pela APEX, visando o centenário de amizade Brasil e Japão).

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

MAGALHÃES, Naira. Os Isseis, os nisseis, os sanseis e os yonseis. São Paulo: **Revista Veja**, ed. Abril, edição 2038, ano 40, n. 49, p. 82-91, 12 de dezembro de 2007.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil: estudo de mobilidade e fixação.** São Paulo: USP, 1961.

_____ & MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

SALGADO, Fernando Carlos Fonseca. **As colônias de Bastos e de Pedrinhas**; um estudo comparativo de geografia agrária. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente.

SANTOS, Antônio Edmundo. **A modernização Populacional e a colônia japonesa no município de Martinópolis**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1998 (monografia de bacharelado em geografia).

SANTOS, Valdery. **Pioneiros da imigração na Alta Sorocabana**. Presidente Prudente, 1997.

SAKURAI, Célia. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: **Revista USP, n. 27**; set/out/dez, p. 32-45, 1995.

SILVA, Adevaldo A. **História da imigração no Brasil**: as famílias. São Paulo: S.N.D.C.B., 1986.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo**: a colônia japonesa de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003 (Dissertação de mestrado).

VIEIRA, Francisca Isabel Shurig. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, 1973.